

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Tomámos conhecimento que o Comissário Europeu para a Vizinhança, Olivér Várhelyi, e a DG NEAR estão a propor que o financiamento europeu à Autoridade Palestiniana seja condicionado a alterações nos manuais escolares palestinianos, tendo essa proposta sido primeiro discutida no Comité NDICI a 8 de março e sendo esperada uma votação nos próximos dias.

Segundo a proposta, o mecanismo de condicionalidade já existente e utilizado sobre matérias técnicas como a gestão orçamental, energia ou recursos hídricos seria alargado, pela primeira vez, para um assunto que é indubitavelmente sensível do ponto de vista político, mesmo que os critérios de alteração dos manuais tivessem que ser de mútuo acordo.

Esta proposta não encontra qualquer fundamento no estudo do Georg Eckert Institute (GEI), financiado pelas instituições europeias, que confirmou que os manuais escolares palestinianos aderem às normas da UNESCO, adotam critérios que são proeminentes no discurso educativo internacional e eliminam os únicos 2 exemplos de antissemitismo que tinham sido encontrados na revisão de mais de 150 manuais. A Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu adotou no passado dia 25 de janeiro de 2022 uma opinião sobre as contas de 2020 a enaltecer justamente os resultados deste estudo.

A falta de razoabilidade desta proposta foi afirmada já pelo plenário do Parlamento Europeu, a 20 de outubro de 2021, quando uma ideia semelhante foi lá colocada. O governo norueguês, por sua vez, resumiu a assistência à Autoridade Palestiniana em outubro de 2021, justamente no seguimento da sua avaliação do estudo do GEI.

A luta contra o antissemitismo não pode ser instrumentalizada contra a Palestina de forma injustificada. Tal seria especialmente perigoso considerando o agravar das tensões na região durante o ano de 2021, que foi o ano mais letal para crianças palestinianas desde 2014 e o ano em que mais estruturas palestinianas na Cisjordânia foram destruídas desde 2016. Pelo contrário, a União Europeia deve orientar a sua política de vizinhança para a promoção da paz, da estabilidade e de uma solução de dois estados em respeito pelo direito internacional.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regulamentares aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados vêm questionar o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:

- Vai o Governo opor-se à proposta de condicionar a assistência financeira europeia à Palestina à alteração dos manuais escolares?

Palácio de São Bento, 9 de março de 2022

Deputado(a)s

MIGUEL MATOS(PS)

ISABEL ALVES MOREIRA(PS)

CARLA SOUSA(PS)

JAMILA MADEIRA(PS)

JOANA SÁ PEREIRA(PS)